

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E DE ACESSIBILIDADE DO CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS (UNIFESO)

Martza Gomes Fonseca Albuquerque¹

RESUMO

A trajetória da humanidade é indissociável da história da inclusão e exclusão de pessoas com deficiência. A educação de pessoas com deficiência, até meados do século XX, era restrita a famílias abastadas e a instituições não escolares. O ensino era focado em terapias ocupacionais, com o objetivo de adaptar o indivíduo à sua condição, e não de promover seu desenvolvimento integral. No entanto, a partir da década de 90, com a Declaração de Salamanca, os princípios e políticas para pessoas com necessidades educacionais especiais, promoveu um novo olhar para as pessoas com deficiência. Em 2015, após a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146), a sistematização da acessibilidade possibilitou a inclusão das pessoas em mais ambientes, como o ambiente acadêmico de Ensino Superior. Dentre os órgãos de apoio que já direcionavam os seus atendimentos de acolhimento e demandas psicopedagógicas a graduandos, utilizando a lei como base, passa a garantir também o suporte e intervenções voltadas para acessibilidade. Tendo como referencial teórico os documentos que embasam a discussão acerca da inclusão (Poker, 2018; Verissimo & Prais, org, 2023; Rodrigues, 2012.) o presente trabalho visa relatar, descrever e comunicar a atuação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade da Unifeso e suas implicações, avanços e desafios demonstrando através por dados gráficos e numéricos os atendimentos, práticas e ações realizados pelos profissionais que compõem a equipe de trabalho.

Palavras-chave: Acessibilidade. Ensino superior. Inclusão. Práticas psicopedagógicas.

INTRODUÇÃO

A trajetória da humanidade é indissociável da história da inclusão e exclusão de pessoas com deficiência. A partir do século XVI, a compreensão da deficiência sofre uma

¹Pós-Graduada em Gestão de Recursos Humanos pela Universidade Federal Fluminense – UFF- RJ, martzagomes@unifeso.edu.br;



transformação profunda. A substituição da visão supersticiosa por uma abordagem mais científica, baseada na anatomia e fisiologia, permite uma nova compreensão das disfunções do corpo humano. A educação de pessoas com deficiência, até meados do século XX, era restrita a famílias abastadas e a instituições não escolares. O ensino era focado em terapias ocupacionais, com o objetivo de adaptar o indivíduo à sua condição, e não de promover seu desenvolvimento integral. O pós-Segunda Guerra Mundial, marcado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, foi um período de grandes transformações sociais. Nesse contexto, a ideia de incluir pessoas com deficiência nas escolas regulares começou a ganhar força. A década de 1980 marcou um ponto de inflexão na história da educação inclusiva. A instituição da Década da Pessoa Portadora de Deficiência pela ONU e eventos como a Conferência Mundial de Educação para Todos e a Declaração de Salamanca impulsionaram a discussão sobre a necessidade de adaptar as escolas para atender às necessidades de todos os alunos. A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei no 9.394 de 1996) garantiram o direito à educação para todos, inclusive para pessoas com deficiência, estabelecendo a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

O movimento global pelos direitos das pessoas com deficiência ganhou força, resultando em avanços significativos também na legislação internacional. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, assinada pela ONU em 2006, foi um marco fundamental, sendo incorporada à Constituição Brasileira.

A inclusão expandiu-se de forma mais significativa na educação básica e, consequentemente, no ensino superior, ainda que de maneira menos estruturada. Esse processo foi subsidiado por uma série de dispositivos legais, como leis, resoluções, decretos e orientações, visando à inclusão e à permanência de pessoas com deficiência nos diferentes níveis de ensino. O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Superior, publicou o Edital INCLUIR 04/2008, que convocava as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) a apresentarem propostas de criação, reestruturação e consolidação de núcleos de acessibilidade, destinados à implementação da acessibilidade e à eliminação de barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) de 2015, considerada a mais importante lei no contexto da inclusão atualmente, consolidou os direitos das pessoas com deficiência em diversas áreas, como educação, saúde, trabalho e cultura. Essa lei representa um grande



avanço, porém ainda é necessário manter a luta para garantir o cumprimento desses direitos.

Na última década, o movimento da educação inclusiva alcançou o ensino superior e exigiu mudanças em suas condições de acesso e de permanência. O número de pessoas com deficiência que reivindicam o direito de ingressar e de permanecer nas universidades vem aumentando expressivamente, o que tem obrigado a mudanças conceituais, atitudinais e nas condições de acessibilidade, além de melhorias dos serviços ofertados pelas instituições, como os núcleos de acessibilidade e seus recursos.

Segundo o MEC, para que a educação especial seja efetiva no ensino superior, são necessárias ações que envolvam o planejamento e a organização de recursos e serviços para a promoção da acessibilidade arquitetônica, nas comunicações, nos sistemas de informação, nos materiais didáticos e pedagógicos. Esses recursos devem ser disponibilizados desde os processos seletivos e durante todo o desenvolvimento das atividades que envolvam o ensino, desde o início do curso até os cenários de prática, pesquisa e extensão.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O presente trabalho visa relatar, descrever e comunicar a atuação do Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Acessibilidade do Unifeso (Centro Universitário Serra dos Órgãos) e suas implicações, avanços e desafios, contextualizando sua trajetória, recursos atuais e práticas realizadas. Para ambientação das informações, a universidade fica localizada em Teresópolis, região serrana do estado do Rio de Janeiro.

O NAPP – Núcleo de Apoio Psicopedagógico do Unifeso – foi criado em março de 1989 para atender às demandas e peculiaridades do Curso de Medicina. Na década de 90, a FESO (Fundação Educacional Serra dos Órgãos) sentiu a necessidade de ampliar sua atuação, estendendo os serviços a todos os cursos oferecidos. Em princípios da década de 70, um documento da UNESCO, divulgado pela Revisão da Educação Superior do Ministério da Educação e Cultura, sugeriu que as Universidades implantassem serviços de aconselhamento e orientação aos estudantes. O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), na XXVII Reunião Plenária, cujo tema era “O Estudante e a Administração Universitária”, recomendou a criação de estruturas interdisciplinares de orientação e assistência aos estudantes nas universidades. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi a pioneira em oficializar e ativar o Projeto Piloto de Orientação e Aconselhamento ao Estudante, em 1979, na Faculdade de Medicina: POPPE - Programa de Orientação Psicopedagógica.



Seguindo a experiência do POPPE, em 1982, os professores Dr. Sérgio Pettendorf e Dr. Eugênio Paes Campos, da Faculdade de Medicina de Teresópolis (FMT na época e atual Unifeso), idealizaram um núcleo de assistência aos estudantes do curso de medicina que atendesse às demandas específicas e peculiaridades da FMT. O Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAPP) foi implantado em 07 de março de 1989, sob a coordenação do Dr. Eugênio Paes Campos. Seus objetivos iniciais eram atender às demandas de apoio psicopedagógico dos estudantes e professores através das metas estabelecidas pela instituição; orientação pedagógica a alunos e professores; apoio psicológico a alunos e organização de cursos extracurriculares; organização de simpósios, seminários, jornadas, etc. (Ex.: Semana de Recepção ao Aluno Novo). Com o início do investimento para transformação das Faculdades Unificadas para Centro Universitário Serra dos Órgãos e a chegada de novos cursos, o NAPP ampliou seus atendimentos. O setor passa por algumas reestruturações, nas quais o Núcleo, além de atender as demandas discentes, também passou a assessorar a Direção Acadêmica, atendendo, assim, às demandas institucionais pedagógicas. Neste âmbito, o setor desenvolve o seu trabalho, principalmente, através de projetos, estudos e programas. Em 2015, compreendendo que a instituição precisava cumprir as exigências legais da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), o Unifeso acrescentou o termo “Acessibilidade” à sua nomenclatura, passando a se chamar NAPPA (Núcleo de Apoio Psicopedagógico e de Acessibilidade). De maneira mais sistematizada, o setor passou a acolher e cuidar das demandas da acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiências, que ingressavam em maior número no ensino superior.

Em 2023, após a última reestruturação, o NAPPA ampliou sua visibilidade e, além de manter as atuações anteriores, propôs-se a atuar com maior proximidade ao corpo docente; reformular suas ações para melhor engajamento dos estudantes; ampliar os atendimentos com uma equipe maior; disseminar conhecimento sobre inclusão e acessibilidade na comunidade acadêmica. Sendo assim, o trabalho realizado por este setor considera três eixos principais, sendo eles: orientação ao corpo discente e docente; apoio à coordenação dos cursos; realização de projetos institucionais.

A equipe do setor é composta por psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos, letores, tradutores e intérpretes de Libras. Todos os profissionais do NAPPA atuam constantemente no desenvolvimento de ações e programas de prevenção, promoção da



saúde, qualidade de vida e acessibilidade, favorecendo o processo de aprendizagem de estudantes com diferentes necessidades.

O NAPPA Unifeso promove o atendimento e acompanhamento individualizado para discentes e docentes, organiza visitas às turmas de primeiro período para apresentação do serviço, realiza ações de promoção de inclusão, acessibilidade, saúde mental e práticas pedagógicas, assim como promove constantemente a manutenção do Programa de Acessibilidade, dispondo de uma ampla estrutura que inclui a sala de Recursos Multifuncionais.

Profissionais atuantes no NAPPA Unifeso	Atividades realizadas
Psicólogo:	Auxilia nas questões emocionais, mentais e comportamentais, tais como: ansiedade, depressão, fobia social, luto, bullying, indisciplina, agressividade, procrastinação e os desafios da vida adulta. Ajuda o estudante a lidar com a rotina e adaptação na universidade, trabalha no desenvolvimento das relações sociais (relação interpessoal, convívio de grupos, relacionamento com colegas, turma, professores e coordenadores) e oferece suporte para os transtornos do neurodesenvolvimento (TDAH, TEA, TOD, dentre outros). Ressaltamos que a função do psicólogo educacional é prestar suporte psicológico, não terapêutico. Havendo necessidade de aprofundamento no tratamento, os estudantes são encaminhados externamente.
Pedagogo:	Realiza o suporte para os transtornos e dificuldades de aprendizagem, como dislexia, discalculia, disgrafia, TDAH, entre outros. Ajuda o aluno na elaboração e nos processos de produção textual, constrói toda a rotina e adaptação no ensino superior, explicando os métodos de estudo, descobrindo em conjunto com o aluno a melhor estratégia para ele, auxilia na organização dos trabalhos e na gestão de tempo em época de TCC, e promove a melhor compreensão do estudante sobre as metodologias de ensino praticadas na instituição.
Fonoaudiólogo:	Atua na dificuldade dos alunos em falar em público, na participação em tutorias, ensaio de apresentação oral para trabalhos e seminários. Promove o auxílio e treino para apresentação de trabalhos de conclusão de curso, alteração vocal e grafêmica, transtornos fonológicos. São desenvolvidos trabalhos de orientação a técnicas de respiração funcional, impostação de voz, treinamento fonético, auditivo, de dicção e organização do pensamento em palavras.



Ledor:	O ledor/transcritor é um mediador entre a informação escrita e pessoas com deficiências, garantindo acessibilidade e inclusão. Ele auxilia na leitura de textos e provas, descreve imagens e transcreve conteúdos orais para o formato escrito. Sua atuação é essencial no ambiente educacional, adaptando a comunicação às necessidades específicas de cada indivíduo, promovendo uma comunicação eficaz e fluida. Atualmente, com os avanços tecnológicos, o ledor realiza a digitalização do conteúdo apresentado pelo professor, assim como a gravação da aula, convertendo esse material em textos. Aplicativos como <i>Google Lens</i> , <i>TalkBack</i> , <i>Be My Eyes</i> , entre outros, são utilizados como recursos para otimizar sua atuação.
Tradutores e Intérprete de Libras (TILS):	Realizam a tradução e fazem a interlocução entre docente e estudante através da Língua Brasileira de Sinais (Libras), considerando variáveis culturais, aspectos terminológicos e estilísticos. Interpretam oralmente e/ou na linguagem de sinais, de forma simultânea ou consecutiva, textos, discursos, atividades didático-pedagógicas, debates e demais formas de comunicação.

Com a reformulação em junho de 2023, o setor passou a organizar oficinas para os discentes anualmente, alternando sempre os temas para melhor contribuir com as necessidades educacionais identificadas. Em 2024, os temas abordados foram: Organização dos Estudos e Vida Acadêmica, Oratória e Procrastinação. Em 2025, os temas são: Lidando com a Ansiedade na Vida Acadêmica, Métodos de Estudo e Laboratório da Comunicação Sem Medo. A proposta é que cada área de atuação que o NAPPA possui (Fonoaudiologia, Psicologia e Pedagogia) explore as demandas recebidas diariamente no setor, atingindo um número maior de alunos com foco prático e vivencial. Além das oficinas, outras ações são pensadas de acordo com o calendário acadêmico, e o setor busca estar envolvido com palestras e atividades que abordam o campo da saúde mental, como as campanhas do Setembro Amarelo, Dia da Pessoa com Deficiência, o Dia do Surdo, entre outros. O setor também realiza atividades com grupos de alunos, sendo, dentro da atuação das pedagogas, o Grupo de Práticas de Leitura e Escrita Acadêmica, e, na psicologia, o Grupo “Cá Entre Nós” para trocas e reflexões sobre ansiedade e depressão. Outras ações, como o encerramento do ano letivo e incentivo ao próximo ano, são realizadas internamente com os alunos que frequentam o setor.

O Programa de Acessibilidade para os discentes do Unifeso tem como objetivo geral promover a inclusão de estudantes com deficiência e outras condições que impactam o processo de aprendizagem na educação superior, garantindo condições de acessibilidade e acompanhamento das atividades acadêmicas (conforme Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência). Dentre seus objetivos específicos, pode-se destacar o oferecimento de suporte técnico e pedagógico aos professores que



trabalham com estudantes com deficiência e outras condições que impactam o processo de aprendizagem; a sensibilização da comunidade acadêmica do Unifeso para o desenvolvimento de projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão sobre inclusão/acessibilidade. Além disso, oportuniza ao estudante com deficiência e outras condições que impactam o processo de aprendizagem um Plano de Atendimento Individualizado (PAI), orientando as atribuições dos docentes e discentes, conforme a demanda identificada e os encaminhamentos propostos. Neste contexto o docente é amparado pela instituição e pelo NAPPA, recebendo as orientações e auxílio na elaboração de estratégias de ensino e metodologias para atender as necessidades do discente.

O Plano de Atendimento Individualizado (PAI) tem como objetivo proporcionar recursos e estratégias ao estudante, possibilitando um melhor aproveitamento de acordo com suas necessidades. Para ter direito aos recursos do Programa de Acessibilidade através do PAI, o estudante precisa apresentar o laudo caracterizador com o diagnóstico, garantindo a clarificação, ampliação e oficialização das informações sobre sua condição. O Programa de Acessibilidade visa conciliar a realidade institucional com as demandas e especificidades do discente, tais como: dilação do tempo para a realização de provas e trabalhos, slides com fundo escuro, ampliação de letra, impressão em folha azul, gravação das aulas, envio prévio do material didático pelo professor, uso de leitor, transcritor e intérprete de Libras, além de uma sala separada e silenciosa para realização de provas, computadores para realização de avaliações, entre outros. Além disso, o programa ainda conta com a Sala de Recursos Multifuncionais, que tem por objetivo apoiar a organização e a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), prestado de forma complementar e suplementar aos estudantes com deficiências e transtornos do neurodesenvolvimento. A sala é composta por recursos técnicos, tais como lupa, reglete e punção de alumínio para escrita em Braille, máquina Braille Perkins, computador com sistemas NVDA e DOSVOX, notebooks, teclado colmeia, teclado com alto contraste e em Braille, gravadores de voz, mouse adaptado, ponto eletrônico digital de retorno para os TILS, cadeira de rodas, abafadores e uma caixa sensorial composta por materiais voltados ao alívio das crises emocionais e ao auxílio da autorregulação. Os indicadores dos últimos três anos mostram a importância de realizar práticas e atividades no ensino superior que promovam a acessibilidade, a inclusão e a saúde mental. Com a reformulação de 2023, os dados demonstram o crescimento do setor e um maior engajamento dos alunos.



Número de atendimentos realizados anualmente pelo NAPPA por curso e total dos últimos 3 anos

ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO			
CURSO	2022	2023	2024
ADMINISTRAÇÃO	8	23	19
ANÁLISE E DSN DE SISTEMAS MULTI- ADS	0	25	30
ARQUITETURA E URBANISMO	0	43	31
BIOMEDICINA	7	43	109
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	16	7	30
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	0	5	22
DIREITO	71	42	143
EDUCAÇÃO FÍSICA	0	2	35
ENFERMAGEM	56	73	187
ENGENHARIA CIVIL	7	2	3
FARMÁCIA	7	10	84
FISIOTERAPIA	24	59	68
GESTÃO AMBIENTAL	0	0	4
MARKETING	0	0	4
MEDICINA	245	319	387
MEDICINA VETERINÁRIA	57	88	125
NUTRIÇÃO	45	49	88
ODONTOLOGIA	60	90	87
PEDAGOGIA	0	1	14
PSICOLOGIA	73	212	426
RECURSOS HUMANOS	0	5	15
FUNCIONÁRIOS	15	9	9
FAMILIARES	4	2	0
TOTAL	695	1109	1920

Número de alunos acompanhados pelo NAPPA anualmente:

2022	2023	2024
226	443	436

Número de atendimentos por área de atuação:

AREA	2022*	2023	2024
PSICOLOGIA	x	749	1166
PEDAGOGIA	x	222	459
FONOAUDIOLOGIA	x	138	295

*Observação: Esse indicador não era realizado pelo setor antes da reformulação de 2023.



Número de Planos de Atendimentos Individualizados (PAI), por curso, realizados nos últimos 3 anos garantindo os recursos do Programa de Acessibilidade.

ATENDIMENTO PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE – DISCENTES COM PAI				
(Plano de Atendimento Individualizado)				
CURSO	2022	2023	2024	DIAGNÓSTICOS
	Nº de PAI	Nº de PAI	Nº de PAI	
ADMINISTRAÇÃO	1	1	1	TDAH e Déficit Cognitivo, TOC
ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	0	0	2	TEA, Paralisia Cerebral
ARQUITETURA E URBANISMO	1	4	6	TDAH, TEA, Deficiência Física, Deficiência Auditiva, TAG
BIOMEDICINA	2	5	5	TDAH, TEA, Fenda Palatina, Deficiência Física
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO	2	4	2	TEA, TDA, TDAH
DIREITO	1	4	10	TDAH, TDA, TEA
ENFERMAGEM	3	6	7	Dislexia, TDAH, Deficiência Auditiva, TEA, Gagueira, Deficiência Visual
ENGENHARIA CIVIL	1	1	0	TDAH
FARMÁCIA	0	0	2	TDAH, TEA
FISIOTERAPIA	0	1	3	TDAH, Deficiência Auditiva, Síndrome do Triplo X
MEDICINA	6	26	28	TDAH, Dislexia, Disortografia, TAG, TDL, TDA, Depressão, Deficiência Física, Deficiência Visual, TEA, Altas habilidades, Diabetes.
MEDICINA VETERINÁRIA	2	8	14	Dislexia, TDAH, Depressão, TEA
NUTRIÇÃO	1	3	2	Deficiência Auditiva, TDAH, Deficiência mental e física
ODONTOLOGIA	3	8	8	Dislexia, TDA, TAG, TDAH, Transtorno Global Do Desenvolvimento, Depressão, Déficit De Memorização.



PEDAGOGIA		0	4	TDAH
PSICOLOGIA	3	11	16	TDAH, Deficiência visual, deficiência física, TEA, TAG, Transtorno humor.
TOTAL	26	82	110	

DISCUSSÃO

Nem todas as universidades conseguem cumprir as obrigatoriedades, orientações e normativas vigentes. Trata-se de um processo complexo, que envolve múltiplas camadas e demanda anos para que possa funcionar de maneira eficaz. Observa-se que, com as ações praticadas pelo Núcleo de Apoio Psicopedagógico e de Acessibilidade do Unifeso, a acessibilidade e a inclusão no ensino superior é algo possível de ser realizado. O NAPPA do Unifeso consegue, através de suas atividades, programas e ações, tornar o ensino superior igualmente acessível a todos os alunos, mesmo que isso não seja uma tarefa simples. Sua atuação promove a eliminação das barreiras que dificultam a participação dos discentes nas aulas e atividades práticas. Com investimentos em recursos, tecnologias e práticas, os números revelam uma crescente adesão dos discentes ao serviço. O Unifeso dispõe de uma estrutura física plenamente acessível, recursos materiais específicos para alunos com deficiência visual, auditiva e física, além de um apoio especializado prestado pela equipe do NAPPA, oferecendo suporte tanto ao discente quanto ao docente. A parceria com os coordenadores de curso e professores torna o espaço um ambiente democrático, formador de opinião e de produção de conhecimento, combatendo a discriminação e o preconceito. Além disso, permite o desenvolvimento de estratégias focadas nos recursos pedagógicos a serem utilizados pelos discentes.

A educação superior tem como finalidade formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos à inserção no mercado de trabalho. Quando se pensa em inclusão, essa especificidade precisa ser considerada, pois não se trata apenas de reduzir conteúdos, mas sim de todo um processo que impacta profundamente a estrutura e o funcionamento das matrizes curriculares, cenários de práticas e parcerias externas à universidade. Consequentemente, influencia também a forma de pensar e agir dos professores e preceptores. Observa-se que as adaptações e recursos utilizados no Unifeso, tanto em sala de aula quanto nos cenários de prática, desempenham um papel crucial na permanência do aluno e no sucesso de seu percurso acadêmico. Com a inclusão e a obrigatoriedade da acessibilidade determinadas pelas legislações vigentes, é preciso promover o acolhimento a todos os discentes, com um olhar atento às suas especificidades e particularidades,



garantindo-lhes um aprendizado completo, seguro e de qualidade. Além disso, é fundamental atuar junto aos docentes da instituição, assegurando que suas práticas estejam alinhadas às necessidades desses alunos. No ensino superior, garantir o acesso e permanência do aluno com deficiência ou demais transtornos não se resume apenas à criação de uma estrutura física acessível, mas envolve, sobretudo, a adaptação e transformação dos recursos pedagógicos. O objetivo principal é integrar as pessoas com deficiência, transtornos e demais diagnósticos à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, comportamentais, arquitetônicas e de comunicação que possam comprometer sua jornada educacional.

CONCLUSÃO:

No contexto brasileiro, a ideia de uma educação acessível a todos, sustentada pelos princípios de equidade e respeito à diversidade, vem ganhando força progressivamente, impulsionada pelas políticas públicas atuais e avançando gradualmente em direção ao ensino superior. Os dados obtidos apontam para a necessidade de reflexões relevantes sobre a continuidade do serviço realizado pelo NAPPA Unifeso, o investimento constante em recursos e a qualificação do acompanhamento na formação dos docentes do ensino superior. Isso porque, para que esses profissionais atuem adequadamente com estudantes com deficiência e demais transtornos, é essencial um conhecimento específico que, embora seja sólido no que diz respeito à formação geral na graduação e na pós-graduação, percebe-se ser insuficiente no que se refere aos aspectos pedagógicos e da educação inclusiva. O uso de recursos e metodologias de ensino diferenciadas, adequações curriculares e formas alternativas de avaliação de aprendizagem de alunos com necessidades educacionais específicas são diferenciais promovidos pelo NAPPA Unifeso para garantir o ingresso e a permanência desses estudantes no ensino superior, assegurando seu sucesso acadêmico e uma formação profissional de qualidade. Divulgar as práticas desenvolvidas pelo NAPPA Unifeso representa uma estratégia eficaz para compartilhar experiências com outros profissionais e instituições, favorecendo a troca de ideias e, sobretudo, incentivando a articulação e a mobilização social. Dessa forma, contribui-se para que outras instituições adotem projetos e ações que tornem o ensino superior um ambiente cada vez mais democrático e inclusivo no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:



Brasil. (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, seção 1, Brasília, 152(127), 2-11.

Koiama, J. R. (2021). *O impacto da ansiedade em alunos das universidades e suas consequências* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Trabalhos Acadêmicos da USP. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/4f967c6e-35c4-43ff-bdd4-21e32e49786f/3066655.pdf>

Poker, R. B., Valentim, F. O. D., & Garla, I. A. (2018). Inclusão no ensino superior: A percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(1), 127–134. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2018/010>

Pontes, L. M. S. (2021). *Ansiedade em estudantes do ensino superior: Uma revisão bibliográfica* [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Pernambuco]. Repositório UFPE. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/42276>

Romanini, M. (Org.). (2024). *Psicologia, educação e saúde mental: Problematizações sobre/com a universidade* (1ª ed.). ABRAPSO Editora. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/medusa/publicacoes-e-materiais/>

Rodrigues, D. (2012). *A inclusão na universidade: Limites e possibilidades da construção de uma universidade inclusiva*. *Revista Educação Especial*, 25(41), 9–15. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4951>

Santos, R. M. dos. (2014). *Perfil de ansiedade em estudantes universitários de cursos da área da saúde* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual da Paraíba]. Repositório UEPB. Disponível em: <https://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/tede/2269/2/PDF%20-%20R%C3%B4mulo%20Moreira%20dos%20Santos.pdf>

Verissimo, N. B., & Prais, J. L. de S. (Orgs.). (2023). *Práticas pedagógicas inclusivas: Estratégias e possibilidades de ensino e aprendizagem* (1ª ed.). Diálogos.

